



MARIA DA GRAÇA CARVALHO

Maria da Graça Carvalho é deputada europeia e membro efetivo na Comissão da Indústria, Investigação e da Energia. Tem como mais recente missão a simplificação dos processos nas candidaturas aos fundos europeus. Daria alguns 'puxões de orelhas' aos portugueses no que respeita ao aproveitamento desses mesmos fundos, mas prefere realçar os valores nacionais e europeus, que nos farão sair reforçados da crise que agora atravessamos, apostando numa indústria tecnologicamente avançada e sustentável e em setores como a energia e o ambiente. A conversa ideal para abrir o dossier deste número 'Ambiente, Emprego e Crescimento'.

Entrevista conduzida por ANTÓNIO GUERREIRO DE BRITO | Jornalismo por CARLA SANTOS SILVA | Redação por JOANA CORREIA | Fotografia por LUÍS N. FILIPE

Indústria e Ambiente (IA) – Qual o estado de saúde da área do Ambiente no meio da crise económica, financeira e social que a Europa está a atravessar? Enquanto alguns referem o Crescimento Sustentável outros começam a abordar o Decrescimento Sustentável. Qual a sua opinião sobre a inovação e o emprego nestas duas perspetivas aparentemente antagónicas?

Maria da Graça Carvalho (MGC) – Aparentemente essas posições podem parecer antagónicas mas na realidade não o são. Aliás, o Ambiente e todo o desenvolvimento sustentável terá que ser um fator de crescimento e de criação de emprego. Houve uma primeira fase na área do Ambiente em que se criaram infraestruturas para garantir a qualidade da água, do ar, saneamento básico. E, nesse ponto, já muito está feito no nosso país e na maior parte dos países europeus. No entanto, há uma segunda fase para a qual é preciso dar o salto, isto é, temos de basear a nossa sociedade e economia na eficiência dos recursos. Seja no caso da eficiência energética como em todos os recursos naturais. Para competir e exportar cada vez mais é preciso conseguir fazer produtos de qualidade com menos recursos. É essa revolução industrial que nos faz falta. E aqui entra a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a criação de emprego. Esse é um ponto, depois há toda a área ligada ao consumo de energia dos transportes e consumo de energia dos edifícios nas nossas cidades. A maior parte da energia é consumida nas cidades (cerca de 70%) e para termos segurança de abastecimento de energia, boa qualidade do ar, conseguir combater as alterações climáticas, é preciso reverter todos os nossos edifícios em edifícios menos consumidores de energia, é preciso repensar o planeamento das nossas cidades, é necessário fazer muito. O que faz com que vários setores, alguns deles de mão de obra intensiva, como a reconversão dos edifícios, em que o ambiente e, no fundo, de um ponto de vista mais lato, a economia dos recursos, gera muito emprego e riqueza.

IA – Muitos dos projetos no setor do ambiente têm avançado com recurso a fundos comunitários. Face a isto, como perspetiva os apoios comunitários após 2013? Que áreas lhe parecem mais específicas e/ou estratégicas para Portugal no que concerne ao setor privado e à investigação por parte do Estado?

MGC – O que me preocupa, de facto, é a baixa execução do QREN. Temos, neste momento, mais fundos comunitários do que tivemos em Quadros anteriores. Neste Quadro que é

o chamado QREN 2007-2013, estão disponíveis, só de financiamento comunitário, 21 mil milhões de euros. É um dos maiores Quadros, se não o maior de sempre. O que se passa é não estamos a sentir esse efeito porque estamos com uma execução mais baixa. No ano de 2009, passados já 3 anos, tínhamos uma taxa de execução de 13,8%. Neste momento – não há para já dados oficiais, mas o ministro da economia, anunciou no parlamento, que se conseguiu acelerar o processo – atingimos 18% de execução, num Quadro em que já passou metade do tempo.

No QREN é preciso executar bem e depressa os fundos estruturais, caso contrário, o tempo passa rapidamente e perdemos o dinheiro. O que interessa para os fundos estruturais é o projeto acabado, os relatórios entregues – técnicos e financeiros – e parte da despesa auditada para ser considerada despesa boa. Estamos com uma execução muito baixa e penso que devido a 3 factores: um porque mudaram as estruturas e para se adaptarem às novas perdeu-se um pouco a experiência do passado. Outro facto tem a ver com as regras que são complexas, as de Bruxelas e as de Portugal que ao transpôr internamente ainda as tornou mais complexas. E, por fim, há o problema do financiamento nacional, isto é, a dificuldade de aceder ao crédito. Assim a negociação do próximo nível de apoio vai ser difícil e complexa.

O Parlamento Europeu criou uma comissão temporária, durante dois anos, para o orçamento futuro e para as prioridades desse orçamento. Aí vai ser definida a posição do parlamento, o orçamento global e como é que o orçamento vai ser distribuído. Vai ser um orçamento difícil de negociar porque as condições para os estados-membros não são favoráveis. Saiu um anúncio, feito pelo primeiro-ministro britânico, a informar que tinha conseguido o acordo de vários estados-membros para que o orçamento da UE não fosse aumentado no pós-2013. Isto são más notícias porque há mais competências comunitárias e, portanto, há muito a fazer e nós temos esperança que haja um aumento no orçamento comunitário. Portugal, se não consegue executar rapidamente o QREN, vai ficar numa posição mais frágil. Como podemos pedir para manter ou para aumentar os fundos estruturais quando temos uma execução tão baixa? Por isso, é urgente executar os projetos agora, já a pensar na negociação futura.

IA – Graças a um relatório que apresentou ao Parlamento Europeu sobre a simplificação ao

“

PARA COMPETIR E EXPORTAR CADA VEZ MAIS É PRECISO CONSEGUIR FAZER PRODUTOS DE QUALIDADE COM MENOS RECURSOS. É ESSA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL QUE NOS FAZ FALTA.

acesso a fundos europeus, diversas medidas serão implementadas no sentido de facilitar as candidaturas por PME. Que entende salienta sobre os resultados concretos que pensa obter?

MGC – Este relatório tem como objectivo a simplificação dos procedimentos em todo o ciclo de projetos para programas de Ciência e Inovação em Bruxelas. Por exemplo, propo-nho no relatório que as propostas devem ser muito simplificadas, ou seja, a proposta deve ser dividida em duas partes. A primeira parte em que os proponentes apresentam apenas o currículo da empresa ou de todo o grupo de investigadores, a sua capacidade para fazer aquilo a que se propõem e a explicação técnico-científica do que vão fazer. Mas não tem detalhes financeiros, tem apenas um valor global. É basicamente uma explicação essencial do ponto de vista científico e técnico. Se for avaliado positivamente, há então uma segunda parte onde se faz todo o detalhe, administrativo e financeiro. Mas esse detalhe que é, geralmente, demorado e que acarreta custos elevados para as empresas ou para os grupos de investigação, só será feito se a

proposta tiver passado a primeira fase, isto é, já com uma grande probabilidade de ser financiada. Isto pode servir para evitar que se tenha de investir muito numa fase inicial em que posteriormente são selecionadas apenas uma em vinte ou uma em dez propostas. Sugiro também uma maior simplificação na prestação de contas. Os proponentes desenvolvem um processo e há um financiamento X que utilizam para os gastos mas sem ter de detalhar, justificando onde gastaram euro a euro, sem ser necessário todos aqueles relatórios financeiros. Também é importante haver uma redução do tempo entre o momento de apresentar a proposta e a assinatura do contrato. Atualmente, o tempo de espera é muito longo e quando chega a resposta positiva já não é do interesse da empresa fazer aquele trabalho. É preciso uma maior rapidez de pagamentos para que a empresa ou grupo de investigação não precise estar tanto tempo à espera do financiamento.

Por vezes chega a demorar um ano... Num projeto de 700 mil euros, em que uma instituição tem cerca de 300 a 400 mil euros a receber da Comissão e já os adiantou, sobretudo para empresas ou grupos pequenos, é uma situação insustentável, principalmente com a dificuldade de crédito que há neste momento. Uma outra questão são as auditorias. A Comissão, neste momento, faz muitas auditorias, realizadas por diferentes empresas e, por vezes, contraditórias, o que acarreta muitos problemas. Há imensos casos de grupos, empresas, universidades, institutos, que têm de fazer o reembolso à Comissão de milhões de euros e por questões em que o problema, não é terem usado o dinheiro para outras coisas que não o projeto, mas por interpretações diferentes. **Isto não pode continuar, porque os prejudicados são as empresas e os proponentes.** Por tudo isto, tem que haver uma harmonização de regras, tem que haver uma auditoria única e esta tem de estar de acordo com as indicações que a CE dá aos proponentes para evitar contradições. Além de que, também, não é uma situação muito agradável para a Comissão Europeia.

IA – Que conselho dá para que os cidadãos as empresas em Portugal sejam mais competitivas?

MGC – O nosso país defende bastante os direitos de quem está instalado. Isto leva à existência de um grande fosso entre aqueles que têm os seus problemas resolvidos e os que os querem resolver. É preciso ter uma sociedade, em todas áreas, muito mais flexível e em que seja mais simples entrar e, para



isso acontecer, tem que ser mais simples sair e saber sair. Não há mobilidade, é a nossa tradição. Só que é preciso romper isso para sermos competitivos a nível global, temos de ser mais flexíveis. Acho que um dos principais problemas em Portugal é a falta de eficiência e falta de organização nas nossas empresas e instituições. É raro entrar numa instituição e o trabalho estar bem organizado e eficiente, por vezes, as pessoas atropelam-se umas às outras, não há mecanismos de organização do trabalho eficiente, repetem tarefas, etc. **Esta ideia de otimizar e organizar é essencial e acho que esse é o ponto número um da nossa falta de produtividade, simplesmente, organizamos mal as tarefas e o trabalho.**

IA – Tem como Causas, entre muitas, a Inovação e os Jovens. São provavelmente causas que se interligam. Tendo em conta o seu histórico de Professora e Ministra da Ciência, Inovação e do Ensino Superior, como vê os jovens e a inovação em Portugal? Que perspectivas e orientações lhes dá, em especial para o desenvolvimento do empreendedorismo e cooperação para parcerias internacionais?

MGC – A Europa e Portugal, passado este período atípico, que esperamos que seja o mais transitório possível e do qual esperamos sair rapidamente, precisam de um número grande de engenheiros e cientistas nas áreas tecnológicas. É importantíssimo reconstruir toda a base industrial europeia, uma indústria mais inovadora e mais sustentável. O que

é facto é que os países que mais investiram na indústria, como é caso da Alemanha, são aqueles que estão melhor e que continuam a exportar. Apostaram e têm uma cadeia de técnicos, desde cientistas, a engenheiros, a técnicos operários especializados do melhor do mundo. E, assim, o produto impõe-se nesta era globalizada, não pelo preço, mas pela qualidade. Penso que a engenharia continua a ser, a par com a saúde, uma boa aposta no futuro. A minha sugestão é que os jovens estudem cada vez mais e se especializem numa destas áreas. Temos muito boas universidades, um sistema de ensino superior de grande qualidade mas, também, é importante fazer pós-graduações e estadias em universidades estrangeiras, conhecer outros sistemas. Se nos prepararmos bem e conseguirmos qualificar e redirecionar as pessoas que não estão a trabalhar, dando-lhes qualificações em áreas que depois vão ser muito úteis vamos estar melhor preparados.

IA – Outra das Causas, são as Regiões Desfavorecidas. Que avaliação faz, neste aspeto, de Portugal e das regiões que o constituem? Relativamente às regiões ultraperiféricas qual o diagnóstico?

MGC – Portugal tem grandes assimetrias, principalmente, entre o litoral e o interior e que se estão a acentuar cada vez mais. Temos regiões do interior com grande desertificação, com pouco emprego. Um dos objetivos dos fundos estruturais como o QREN, é redu-



ESTA IDEIA DE OTIMIZAR E ORGANIZAR É ESSENCIAL E ACHO QUE ESSE É O PONTO NÚMERO UM DA NOSSA FALTA DE PRODUTIVIDADE, SIMPLEMENTE, ORGANIZAMOS MAL AS TAREFAS E O TRABALHO.



zir as assimetrias. Mas isso nem sempre tem acontecido assim. A gestão do QREN e o governo têm utilizado uma regra que é o Efeito de Difusão, que significa que um projeto pode ser executado numa região mais rica se tiver efeito na região mais pobre. Isto é, imagine que um financiamento para a região norte é feito em Lisboa sendo justificado porque tem impacto positivo na região norte. É um princípio legal e válido, só que não pode ser usado de uma forma abusiva, o que se tem verificado. Os fundos comunitários são essencialmente para ajuda à competitividade, ajuda às empresas, à administração pública mas têm de ter impacto na competitividade do país. Se for simplesmente considerada uma medida para o funcionamento da administração pública deve ser paga pelo orçamento de estado e não pelos fundos estruturais. É importante estar atento a estas situações para desenvolver o nosso tecido empresarial, criar emprego e não alimentar a máquina do estado que está muito centralizada e sobredimensionada e com tendências para crescer e não para decrescer.

IA – De que forma é que o interior do país e a região norte se poderiam desenvolver mais? Que apostas poderiam ser feitas?

MGC – Há imensas apostas que se poderiam fazer nos vários setores. Penso que a agricultura é um setor que vai ter que se modernizar, temos que voltar a investir e isso também faz parte desta nova discussão do

orçamento futuro da União Europeia. Mais de 40% do orçamento da UE é para a agricultura e, embora pense que esse financiamento irá diminuir um pouco, vai continuar a ser uma grande tranche do total. A nível europeu e a nível nacional, continuo a defender que **a agricultura é uma política muito importante mas tem que ser modernizada, dinamizada e criadora de emprego**, por forma a fixar as pessoas no interior. O que não tem acontecido. Os financiamentos têm sido muito a fundo perdido. Temos imensas instituições de ensino superior na área da agricultura e temos imensos técnicos. O que se passou e tem passado no vinho e no azeite, são bons exemplos do que se poderia passar noutras áreas. Experiências como estas têm de aparecer noutras áreas da agricultura. O mesmo para a floresta e para o seu aproveitamento, já que é um setor que precisa de ser muito repensado porque tem desvalorizado enquanto que, teoricamente, devia ter cada vez mais valor.

IA – Nem mesmo com o crescimento do setor da energia pela biomassa?

MGC – O setor da biomassa não tem tido o sucesso que se pretendia por falta de logística. Como temos muitos médios e pequenos proprietários é difícil a organização da recolha da biomassa, por isso, há ainda muito a fazer em relação à organização e aproveitamento da nossa floresta.

Além da agricultura, floresta, energias renováveis tem de se apostar também nas pe-

quenas e médias indústrias para o aproveitamento dos produtos locais, desenvolvimento rural, as empresas culturais e o aproveitamento do nosso artesanato. Há toda uma série de valor acrescentado e valores culturais que são um ponto muito importante para Portugal e, também, para toda a Europa. É o que nos distingue do mundo em desenvolvimento. **Os nossos fatores culturais continuam a ser únicos e são fatores de competitividade.**

IA – Poderá a Europa vir a ser, no prazo de 20 anos, uma ‘Região Desfavorecida’ face ao crescimento da China e da Índia? Alegando, estes países um certo ‘direito à poluição’, pela história de desenvolvimento da Europa, haverá alguma tendência para a recessão nas preocupações ambientais, pela necessidade de combate ao ‘ataque’ económico?

MGC – Esse cenário é possível mas nós temos de fazer tudo para que não seja real. Primeiro é importantíssimo que a China perceba e, penso que já começou a perceber, que se quer ser uma grande potência a nível internacional e ter influência, não basta ter crescimento económico, é preciso ter responsabilidade a nível ambiental e do ponto de vista dos direitos humanos. Nos direitos humanos não se tem visto grande avanço mas do ponto de vista ambiental, penso que estão a avançar. Mas temos de continuar a fazer pressão para avançarem ainda mais. O que eu notei, nomeadamente na conferência de Cancun, foi uma

maior abertura, quase como uma operação de charme da China, em relação aquilo que está a fazer na área do ambiente, na luta contra as alterações climáticas e energias renováveis. Tenho esperança que o desenvolvimento da China seja, cada vez mais, um desenvolvimento sustentável.

IA – Não há o risco de recessão do crescimento ‘saudável’ na Europa para poder combater o crescimento desses países?

MGC – Não, não pode haver porque a Europa tem um lugar muito importante no mundo, não só porque é o maior bloco económico mas, essencialmente, pelos seus valores. A marca Europa, está relacionada com os valores ambientais, de proteção do consumidor, de qualidade dos produtos da defesa dos direitos humanos e das minorias. Isso é o grande valor europeu e no dia em que abandonar essas valores terá um papel muito menos importante na cena mundial.

IA – Como perspectiva a Europa em 2050? Continua uma Europa unida com os mesmos valores?

MGC – Sim, penso que sim, estamos perante a emergência de uma nova era, que geralmente acontece a seguir às crises, e relacionada com a emergência de novas tecnologias. Acho que esta nova era é exatamente baseada mais no ambiente, nas tecnologias eficientes do ponto de vista de energia. Tal como já tivemos a revolução industrial, como tivemos a revolução das tecnologias de informação, a próxima é uma revolução nas tecnologias sustentáveis e energeticamente eficientes. Ou seja, tenho a noção que vamos entrar numa nova época em que o ambiente, a energia e a eficiência dos recursos são a base. **Eu vejo que a Europa só pode continuar a competir, mantendo os mesmos valores e desenvolvendo mais, com investigação científica, tecnologias e inovação** para que se faça uma transição para uma economia mais sustentável, utilizando mais energias endógenas, com menor importação de petróleo. Espero que consigamos exportar cada vez mais, utilizando menos energia e menos recursos naturais. Há que fazer esta transição para uma economia de baixo carbono e será muito importante que a Europa lidere essa transição. Já perdemos a liderança nalgumas tecnologias, nomeadamente para a China. Neste momento estamos a competir com a China, que tem poucas preocupações ambientais, mas que já começa a mudar e, em determinadas áreas. E o que me assusta mais é nós perdermos competitividade em relação a uma China “verde”. **IA**



PERFIL

Maria da Graça Carvalho nasceu no ano de 1955 em Beja. Licenciou-se em Engenharia Mecânica no IST em 1978. O doutoramento foi completado em 1983 no Imperial College de Londres. É Professora Catedrática no Departamento de Engenharia Mecânica do IST desde junho de 1992, cargo que tem mantido até agora. Foi Ministra da Ciência e do Ensino Superior do XV e XVI Governos Constitucionais, Diretora-Geral do GRICES - Gabinete de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior e Vice-Presidente da Ordem dos Engenheiros. Neste momento, é Deputada do Parlamento Europeu, pelo Grupo do PPE, cargo que exerce desde 14 de julho de 2009. Uma vez no Parlamento Europeu, não se deixou ficar apenas pelo papel de deputada, acumulando outras funções como membro efetivo na Comissão da Indústria, Investigação e da Energia, membro efetivo na Delegação à Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE. Foi também eleita copresidente da Comissão do Desenvolvimento Económico, Finanças e Comércio da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE (África, Caraíbas, Pacífico - União Europeia).